

LOWELL J. SATRE

*CHOCOLATE ON TRIAL – SLAVERY, POLITICS & THE ETHICS OF BUSINESS.*

OHIO UNIVERSITY PRESS, 2005, 308 PP.

Maciel Santos

Pág. 341 a 346

A campanha do “*slave cocoa*” e o boicote dos industriais ingleses ao cacau de S. Tomé e Príncipe (iniciado em 1909) são, desde os anos 1930, problemáticas recorrentes da historiografia anglo-saxónica sobre África (I. Williams, J. Duffy, C. Hammond, G. Wagner, R. Southall, C. Kennedy, I. Nwaka, K. Grant, etc.). Pode até dizer-se que é dos poucos assuntos relativos à colonização portuguesa a ocupar um lugar de destaque entre os estudos “africanistas” redigidos em inglês.

Um dos mais recentes é o trabalho de Lowell J. Satre, um investigador da Universidade Estadual de Youngstown. A escolha do título é apropriada: o livro tem como objecto documentar um problema “moral”, o da conciliação entre negócios (a próspera manufactura do cacau para três das grandes firmas inglesas) e atitudes perante o trabalho escravo. A narrativa, desenrolada em 11 capítulos, decorre entre 1901 - período em que a firma Cadbury começou oficiosamente as suas investigações sobre o tráfico de escravos entre Angola e o centro cacaueiro de S. Tomé - e Novembro de 1909- mês em que foi julgada em no tribunal de Birmingham a acção por difamação interposta pela firma Cadbury contra o jornal *Standard*.

Tendo como objectivo descrever uma trama envolvendo muitas personagens, instituições e jornais, naturalmente que Satre teria de adoptar um estilo narrativo simples e directo. Encontra-se precisamente aí uma das principais virtudes deste livro: bem redigido, consegue reconstituir o ambiente das polémicas da época e, misturando com sobriedade os muitos elementos de informação de que dispõe para *quase* todos os personagens activos nesta intriga, nenhuma parte do relato se torna de difícil de leitura, mesmo para o chamado grande público. Compreende-se assim a boa recepção do livro, que ultrapassou largamente as fronteiras disciplinares da historiografia académica.

Ao escolher *descrever* um processo tão debatido, corria-se o risco de inovar relativamente pouco. Este último problema foi no entanto contornado mediante uma intensa pesquisa em fontes arquivísticas e impressas, de língua inglesa. Satre pesquisou o que havia para ver relativo à documentação do Foreign Office, dos Parliamentary Papers, da documentação pessoal e institucional dos Cadbury e das outras firmas chocolateiras, bem como da imprensa inglesa participante no processo (o que não é tarefa menor, atendendo à vastidão dos títulos e à recorrência do assunto). A sua erudição é igualmente muito útil no que respeita aos personagens biografáveis (desde os Cadbury aos jornalistas, advogados e ministros), bem como à bibliografia recente. Pôde assim ultrapassar significativamente o estado dos conhecimentos quanto à quantidade de informação sistematizada.

Esta erudição é no entanto comprometida: Satre tem uma escala de valores para os diferentes personagens, cujo topo é ocupado pelo abolicionista Fox Bourne e, sobretudo, pelo jornalista H. Nevinson. Todo o “*Chocolate on Trial*” roda entre a denúncia desinteressada, representada por jornalistas e filantropos, e a oposição calculada, representada pelos interesses das firmas chocolateiras. Satre reconhece que a acção de Cadbury, tanto junto do *Foreign Office* como dos portugueses, foi influente mas faz pesar sobre ela o espectro do comprometimento com os interesses materiais das firmas Quaker, para quem o tempo do boicote teria de ser bem pesado. Em várias passagens, à maneira de um *leit motiv*, Satre insere pequenos resumos da sua tese, nos quais contrasta a inactividade resultante das tácticas dilatórias de Cadbury e seus aliados com a militância humanista de Nevinson e Fox Bourne, etc. (pgs. 98-99, 115, 132, 145-46, etc.) Em todo o caso e apesar de Satre querer distintamente fazer passar uma mensagem... moral, é inegável que o seu contributo neste ponto resulta bastante esclarecedor.

Há no entanto, quatro grandes ausentes entre os personagens de Satre: o cacau, os roceiros de S. Tomé, o governo português e ...o modo de produção capitalista.

Ao ganhar em informação, Satre teria necessariamente que perder em explicação. O cacau é o verdadeiro fio condutor desta história— tudo se joga à volta do cacau, um dos mais lucrativos ramos de produção da

época, tanto na agricultura como na indústria. O facto de Satre ignorar praticamente tudo sobre este mercado emergente e as suas estatísticas básicas não poderia deixar de pesar negativamente nas articulações explicativas que usa ao longo do relato. Por exemplo, nunca se chega a saber com exactidão o que representava o mercado inglês para o cacau de S. Tomé - antes e depois do boicote - bem como inversamente (o que seria de grande importância explicativa) o que representava esse mesmo cacau para a procura inglesa (e nomeadamente a de Cadbury, cuja documentação Satre pesquisou com exaustão). Satre ignora, deste modo em absoluto o peso que as procuras alemã e norte-americana tiveram nas exportações de S. Tomé antes de 1909 (p. 134). Sendo assim, quase nada aparece relativo à guerra comercial do cacau entre o cartel dos produtores - organizado inicialmente por Lisboa - e o dos compradores, centrado em Hamburgo (a única menção de Satre aos cartéis do cacau está na página 112). Facilmente se percebe o carácter instrumental que, neste contexto, a campanha do “*slave cocoa*” assumiria, independentemente de não haver, ao contrário do que acusavam os roceiros de S. Tomé, quaisquer interesses materiais por detrás das associações anti-esclavagistas inglesas. É também fácil de deduzir como a correlação de forças entre os dois pólos - Lisboa e Hamburgo - seria afectada pelo desvio do cacau de S. Tomé desde Londres (fosse qual fosse a quantidade para aí expedida antes e depois de 1909, que Satre ignora) para Hamburgo, reforçando assim o cartel dos compradores.

O mercado do cacau explica também alguns factos posteriores a 1909, tais como os relativos ao fim do boicote e que, estando já fora da cronologia do dilema moral, não são menos importantes para a sua compreensão. Satre conta (p.209) como em 1917, quando confrontado com as garantias dadas pelo Foreign Office sobre o agora “livre” regime do trabalho em S. Tomé, Cadbury e as firmas que com ele tinham deixado de comprar esse cacau (em Lisboa, não certamente em Hamburgo) declararam oficialmente não se opor ao fim do boicote mas... terem de momento outros fornecedores. Imediatamente a seguir a esta passagem vem uma referência à justificação dada por Cadbury para essa escolha: a taxa aceitável de mortalidade em S. Tomé deveria ser de 5, não de 10%! Se alguma dúvida houvesse sobre o carácter instrumental que a campanha do “*slave cocoa*” poderia ter, enquanto arma no mercado do cacau (e independentemente da since-

ridade da maioria dos seus promotores) esta passagem daria certamente que pensar. Como se sabe, a guerra tinha desfeito o cartel de Hamburgo e agora Londres concentrava cerca de metade da oferta mundial de cacau, possibilitando super-lucros aos exportadores ingleses, revendedores e... manufactureiros. Apenas numa nota – e que nota, a 115 do cap. 7 - Satre enumera as diferentes associações que a historiografia de língua inglesa já tinha feito entre o mercado do cacau e a moralidade do boicote.

Dar mais “deixas” à personagem cacau e ao seu mercado (Satre reproduz declarações dos Cadbury e de Rowntree receando que o efeito do boicote de 1909 fosse nulo, obrigando-os apenas a comprar o seu cacau a *terceiros* – pp. 28, 84 , 107 e 147) teria permitido conhecer um pouco mais as motivações dos roceiros de Lisboa, que não tiveram sempre os mesmos objectivos nem funcionaram sempre em bloco. Por exemplo, Satre refere, sem retirar ilações, a divergência entre Vale Flor e Mantero, a propósito da visita de Cadbury a Lisboa em 1907 – pg. 96. Ora, os roceiros são o negativo dos personagens centrais do enredo de Satre: estão, para o “mal” (não esqueçamos de que aqui se trata sobretudo de moral) como Nevinson e as associações abolicionistas (ASS, APS) estão para o “bem”. Satre não se questiona como personalidades com interesses tão vitais no mercado do cacau (e infelizmente, o cacau persegue como uma sombra estas escolhas morais) se mantiveram tão monolíticos e inflexíveis ao longo de quase um século!

A mesma perplexidade se poderá ter relativamente ao que teria feito o governo português. É conhecido o poder *lobbyistico* dos roceiros sobre o Ministério do Ultramar mas não parece plausível que toda a política colonial portuguesa pudesse ser ditada exclusivamente pelos interesses cacaueiros (como Satre parece crer – pg. 95, citando Merck). Sobretudo se estes chegassem a colocar em risco – como Satre também explicitamente afirma – o próprio património colonial, como sucedeu durante a fase das negociações anglo-alemãs sobre as hipotecas de Angola e Moçambique. Na verdade, Satre ignora *tudo* sobre as fontes portuguesas salvo quando estas aparecem citadas pelas fontes que pesquisou. Essa circunstância é responsável por alguns erros, de gravidade variável, e especialmente concentrados no seu capítulo 3, “Portugal and West Africa”: Sá da Bandeira não esperou até aos anos 1850 para abolir o tráfico de escravos (confusão entre tráfico e escravatura – pg. 41); as deportações de traficantes

de escravos de Angola em 1903 relacionam-se com a revolta Ovimbundu do planalto central, não com qualquer “revolta de Luanda” (como indica na pg. 25, citando apenas um jornal inglês); e, contrariamente ao que se percebe apenas pelas fontes inglesas, oficiosas ou não, as autoridades portuguesa estavam desde 1902 consideravelmente preocupadas com os raids escravagistas feitos a partir do planalto central: alguns deles tinham já tido repercussões internacionais na Bélgica e na Inglaterra, potências com fronteiras coloniais com Angola, e ameaçavam recolocar a questão da soberania portuguesa.

Estes detalhes não têm apenas um interesse erudito. Ao ignorar praticamente como evoluíram os “personagens” portugueses, Satre falha um ponto essencial: a contradição entre os interesses cacauzeiros – que pagavam trabalhadores quase a qualquer preço, sem fazer perguntas (coisa que Burtt percebeu no seu relatório – ver p.93) e os capitais estatais, para quem a soberania e as receitas orçamentais de Angola eram vitais, especialmente a partir do momento em que a conquista definitiva do território se fez. Não é coincidência o facto de a legalidade da figura do “resgate” – base jurídica com que se iniciou a ficção do contrato dos “serviçais” angolanos - ter terminado precisamente quando se iniciou a cobrança efectiva do imposto indígena em Angola, isto é, depois do fim da I Guerra. Todas as divergências entre o *lobby* roceiro e os governos republicanos (e que não foram pequenas, especialmente em 1912-13) estão ausentes em Satre. Pode dizer-se que estão à margem do seu objecto, sendo este o dilema moral dos chocolateiros e da opinião publica inglesa; no entanto, explicam factos perante os quais se colocou esse dilema, como, por exemplo, os números relativos às famosas repatriações e a sua cronologia.

Por fim, o ultimo dos “ausentes”. Satre coloca “*on trial*” a permissividade perante a escravatura em Angola e S. Tomé, facto incontestado para todos, incluindo os roceiros à medida que iam arranjanado alternativas e expedientes. Mas não a relaciona com as muitas e variadas formas do trabalho forçado que a exportação do modo capitalista de produzir implementou nas sociedades africanas. Este omissão fa-lo confundir a persistência das muitas formas do “trabalho forçado” nas colónias portuguesas - modalidade indispensável tanto para os capitais públicos como privados e que durou até à década de 1960 (veja-se o relatório Ross, que Satre cita) – com o “resgate” dos serviçais, extinto ainda antes da I Guerra. A ex-

ploração capitalista em África não podia passar sem a coacção extra-económica para satisfazer a sua procura de trabalhadores mas o expediente utilizado pelos roceiros de S. Tomé entre 1876 e 1909 foi apenas uma das muitas situações possíveis. Nada a assinalar sobre as emigrações cabo verdeana e moçambicana, que praticamente substituíram a angolana e perante a qual as reacções inglesas foram, por razões específicas, inexistentes?

Em suma, *Chocolate on Trial* vale bem a sua leitura mas arrisca-se a dar mais uma oferenda para o peditório da “escravatura intemporal abolida por convicções morais”, que a historiografia recente tanto tem cultivado. Com um tal programa “ético”, qualquer relação entre o trabalho forçado africano e a acumulação capitalista do século XX, em todas as colonizações europeias, parece um pouco mais diluída.